

## O PENSAMENTO RACIAL ANTES DO RACISMO

Afirmou-se várias vezes que a ideologia racial foi uma invenção alemã. Se assim realmente fosse, então o “modo de pensar alemão” teria influenciado uma grande parte do mundo intelectual muito antes que os nazistas se engajassem na malograda tentativa de conquistar o mundo. Pois se o hitlerismo exerceu tão forte atração internacional e intereuropéia durante os anos 30, é porque o racismo, embora promovido a doutrina estatal só na Alemanha, refletia a opinião pública de todos os países. Se a máquina de guerra política dos nazistas já funcionava muito antes de setembro de 1939, quando os tanques alemães iniciaram a sua marcha destruidora invadindo a Polônia, é porque Hitler previa que na guerra política o racismo seria um aliado mais forte na conquista de simpatizantes do que qualquer agente pago ou organização secreta de quinta-colunas. Fortalecidos pela experiência de quase vinte anos, os nazistas sabiam que o melhor meio de propagar a sua idéia estava na sua política racial, da qual, a despeito de muitas outras concessões e promessas quebradas, nunca se haviam afastado por amor à conveniência.<sup>1</sup> O racismo não era arma nova nem secreta, embora nunca antes houvesse sido usada com tão meticulosa coerência.

A verdade histórica de tudo isso é que a ideologia racista, com raízes profundas no século XVIII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX. Desde o início do século XX, o racismo reforçou a ideologia da política imperialista. O racismo absorveu e reviveu todos os antigos pensamentos racistas, que, no entanto, por si mesmos, dificilmente teriam sido capazes de transformar o racismo em ideologia. Em meados do século XIX, as opiniões racistas eram ainda julgadas pelo critério da razão política: Tocqueville escreveu a Gobineau a respeito das doutrinas deste último que “elas são provavelmente erradas e certamente perniciosas”.<sup>2</sup> Mas já no fim daquele sé-

(1) Mesmo após o pacto germano-soviético (agosto de 1939), quando a propaganda nazista suspendeu todos os ataques ao bolchevismo, nunca renunciou à sua linha racista.

(2) “Lettres de Alexis de Tocqueville et de Arthur de Gobineau”, em *Revue des Deux Mondes*, 1907, tomo 199; carta de 17 de novembro de 1853.

culo concederam-se ao pensamento racista dignidade e importância, como se ele fosse uma das maiores contribuições espirituais do mundo ocidental.<sup>3</sup>

Até o período da “corrida para a África”, o pensamento racista competia com muitas idéias livremente expressas que, dentro do ambiente geral de liberalismo, disputavam entre si a aceitação da opinião pública.<sup>4</sup> Somente algumas delas chegaram a tornar-se ideologias plenamente desenvolvidas, isto é, sistemas baseados numa única opinião suficientemente forte para atrair e persuadir um grupo de pessoas e bastante ampla para orientá-las nas experiências e situações da vida moderna. Pois a ideologia difere da simples opinião na medida em que se pretende detentora da chave da história, e em que julga poder apresentar a solução dos “enigmas do universo” e dominar o conhecimento íntimo das leis universais “ocultas”, que supostamente regem a natureza e o homem. Poucas ideologias granjearam suficiente proeminência para sobreviver à dura concorrência da persuasão racional. Somente duas sobressaíram-se e praticamente derrotaram todas as outras: a ideologia que interpreta a história como uma luta econômica de classes, e a que interpreta a história como uma luta natural entre raças. Ambas atraíram as massas de tal forma que puderam arrolar o apoio do Estado e se estabelecer como doutrinas nacionais oficiais. Mas, mesmo além das fronteiras dentro das quais a ideologia racial e a ideologia de classes formaram moldes obrigatórios de pensamento, a opinião pública livre as adotou de tal modo que não apenas os intelectuais, mas até grandes massas, rejeitam apresentações de fatos, passados ou presentes, que não se ajustem a uma delas.

A extraordinária força de persuasão decorrente das principais ideologias do nosso tempo não é acidental. A persuasão não é possível sem que o seu apelo corresponda às nossas experiências ou desejos ou, em outras palavras, a necessidades imediatas. Nessas questões, a plausibilidade não advém nem de fatos científicos, como vários cientistas gostariam que acreditássemos, nem de leis históricas, como pretendem os historiadores em seus esforços de descobrir a lei que leva as civilizações ao surgimento e ao declínio. Toda ideologia que se preza é criada, mantida e aperfeiçoada como arma política e não como doutrina teórica. É verdade que, às vezes, como ocorreu no caso do racismo, uma ideologia muda o seu rumo político inicial, mas não se pode imaginar nenhuma delas sem contato imediato com a vida política. Seu aspecto científico é secundário. Resulta da necessidade de proporcionar argumentos aparentemente coesos, e assume características reais, porque seu poder persuasório fascina também a cientistas, desinteressados pela pesquisa propriamente dita e atraídos pela possibilidade de pregar à multidão as novas interpretações da vida e do mundo.<sup>5</sup> É

(3) A melhor análise histórica do pensamento racista, apresentada sob forma de “história de idéias”, é de Erich Voegelin. (*Rasse und Staat* [Raça e Estado], Tuebingen, 1933).

(4) Sobre as muitas opiniões conflitantes do século XIX, ver Carlton J. H. Hayes, *A generation of materialism*, Nova York, 1941, pp. 111-2.

(5) “Huxley abandonou a sua própria pesquisa científica a partir dos anos 70, tão ocupado estava em seu papel de ‘buldogue de Darwin’, de latir e morder os teólogos” (Hayes, *op. cit.*, p. 126). A paixão de Ernest Haeckel de popularizar os resultados científicos, tão forte quanto a sua

graças a esses pregadores “científicos”, e não a quaisquer descobertas científicas, que não há praticamente uma única ciência cujo sistema não tenha sido profundamente afetado por cogitações raciais.<sup>6</sup> Isso, por sua vez, levou vários historiadores, alguns dos quais se viram tentados a responsabilizar a ciência pela ideologia racista, a tomarem como causas certos resultados da pesquisa filológica ou biológica, quando se tratava de consequências da ideologia racista. A doutrina do “Direito da Força” precisou de vários séculos (do XVII ao XIX) para conquistar a ciência natural e formular a “lei” da sobrevivência dos mais aptos. E, se, para dar outro exemplo, a teoria de De Maistre e Schelling, que dizia serem as tribos selvagens resíduos em decomposição dos antigos povos, se houvesse ajustado tão bem aos mecanismos políticos do século XIX quanto a teoria do progresso, provavelmente pouco teríamos ouvido falar de “seres primitivos”, e nenhum cientista teria perdido seu tempo à procura do “elo que faltava” entre o macaco e o homem. A culpa não é da ciência em si, mas de certos cientistas não menos hipnotizados pelas ideologias que os seus concidadãos menos cultos.

Embora seja óbvio que o racismo é a principal arma ideológica da política imperialista, ainda se crê na antiga e errada noção de que o racismo é uma espé-

paixão pela ciência, foi acentuada por um escritor nazista que o aplaudia, H. Bruecher, “Ernest Haeckel, ein Wegbereiter biologischen Staatsdenkens”, em *Nationalsozialistische Monatshefte*, 1935, vol. 69.

Dois exemplos um tanto extremos mostram do que são capazes os cientistas. Ambos eram reputados eruditos e escreveram durante a Primeira Guerra Mundial. O historiador de arte alemão, Josef Strzygowski, em seu *Altai, Iran und Volkerwanderung* (Leipzig, 1917), “descobriu” que a raça nórdica era constituída de alemães, ucranianos, armênios, persas, húngaros e turcos (pp. 306-7). A Sociedade de Medicina de Paris não apenas publicou um relatório sobre a “poliquesia” (defecação excessiva) e “bromidose” (cheiro de corpo) na raça alemã, mas propunha a análise da urina para a descoberta de espiões alemães; “verificava-se” que a urina alemã continha 20% de nitrogênio não-úrico contra 15% das outras raças! (Ver Jacques Barzun, *Race*, Nova York, 1937, p. 239.)

(6) Esse *quid pro quo* foi, em parte, resultado do zelo de estudiosos que queriam registrar cada circunstância na qual a raça tenha sido mencionada. Dessa forma, confundiam autores relativamente inofensivos, para quem a explicação pela raça era uma opinião possível e às vezes fascinante, com racistas completos. Tais opiniões, em si inócuas, eram propostas pelos primeiros antropólogos como pontos de partida para suas investigações. Um exemplo típico é a ingênua hipótese de Paul Broca, destacado antropólogo francês de meados do século passado, o qual afirmava que o “cérebro tem algo a ver com a raça, e a mensuração do formato do crânio é a melhor maneira de determinar o conteúdo do cérebro”. (Citado por Jacques Barzun, *op. cit.*, p. 162.) É óbvio que tal assertiva, sem o apoio de uma concepção da natureza do homem, é simplesmente ridícula.

Quanto aos filólogos do início do século XIX, cujo conceito de “arianismo” levou quase todos os estudiosos do racismo a contá-los entre os propagandistas ou até mesmo os inventores do pensamento racial, eles são tão inocentes quanto se possa ser. Se ultrapassaram os limites da pesquisa pura, foi porque desejavam incluir na mesma irmandade cultural o maior número de nações possível. Nas palavras de Ernest Seillière, *La philosophie de l'imperialisme*, 4 vols., 1903-6: “Houve uma espécie de intoxicação: a civilização moderna acreditava ter recuperado seu *pedigree* (...) e nasceu um organismo que abraçou numa única e mesma fraternidade todas as nações cuja língua mostrasse alguma afinidade com o sânscrito”. (*Préface*, tomo I, p. XXXV.) Em outras palavras, esses homens ainda pertenciam à tradição humanística do século XVIII, e compartilhavam seu entusiasmo por povos estranhos e culturas exóticas.

cie de exagerado nacionalismo. Contudo, valiosos trabalhos de estudiosos, especialmente na França, provaram que o racismo não é apenas um fenômeno a-nacional, mas tende a destruir a estrutura política da nação. Diante da gigantesca competição entre a ideologia racial e a ideologia de classes pelo domínio do espírito do homem moderno, já houve quem se inclinasse a ver numa a expressão de tendências nacionais, que preparavam mentalmente para guerras civis, e na outra a expressão de tendências internacionais, isto é, a preparação mental para a guerra entre as nações. Essa confusão foi possível porque a Primeira Guerra Mundial continha uma curiosa mistura de antigos conflitos nacionais e novos conflitos imperialistas, mistura na qual os antigos lemas nacionais demonstraram ter ainda, para as massas dos países envolvidos, uma atração que superava qualquer objetivo imperialista. Contudo, a última guerra, com seus Quislings e colaboracionistas em toda parte, deveria ter provado que o racismo engendra conflitos civis em qualquer país, e que é um dos métodos mais engenhosos já inventados para preparar uma guerra civil.

Porque a verdade é que as ideologias racistas ingressaram no palco da política ativa no momento em que os povos europeus já haviam preparado, e até certo ponto haviam realizado, o novo corpo político da nação. O racismo deliberadamente irrompeu através de todas as fronteiras nacionais, definidas por padrões geográficos, lingüísticos, tradicionais ou quaisquer outros, e negou a existência político-nacional como tal. A ideologia racial, e não a de classes, acompanhou o desenvolvimento da comunidade das nações européias, até se transformar em arma que destruiria essas nações. Historicamente falando, os racistas, embora assumissem posições aparentemente ultranacionais, foram piores patriotas que os representantes de todas as outras ideologias internacionais; foram os únicos que negaram o princípio sobre o qual se constroem as organizações nacionais de povos — o princípio de igualdade e solidariedade de todos os povos, garantido pela idéia de humanidade.

## 1. UMA “RAÇA” DE ARISTOCRATAS CONTRA UMA “NAÇÃO” DE CIDADÃOS

O crescente interesse pelos povos “diferentes”, estranhos e até mesmo selvagens caracterizou a França intelectual do século XVIII. As pinturas chinesas eram admiradas e imitadas nessa época, uma das obras mais famosas intitulava-se *Lettres persanes* e as narrativas de viajantes eram a leitura favorita da sociedade. A honestidade e a simplicidade dos povos selvagens e não-civilizados opunham-se à sofisticação e frivolidade da cultura. Muito antes que o século XIX, com o aumento das oportunidades de viajar, trouxesse o mundo não-europeu ao alcance de qualquer cidadão médio, a sociedade francesa do século XVIII já havia tentado espiritualmente compreender o conteúdo de culturas e países distantes das fronteiras européias. Um fervoroso entusiasmo por “novos espécimes da humanidade” (Herder orgulhava os heróis da Revolução

Francesa que, juntamente com a nação francesa, levaram liberdade aos povos de todas as cores que viviam sob a bandeira da França. Esse entusiasmo por países estranhos e por estrangeiros culminou na mensagem da fraternidade, porque se inspirava no desejo de demonstrar, em cada novo e surpreendente “espécime da humanidade”, o velho ditado de La Bruyère: *La raison est de tous les climats*.

No entanto, é nesse século criador de nações e é nesse país amante da humanidade que vamos encontrar o germe daquilo que mais tarde viria a ser o poderio racista destruidor das nações e aniquilador da humanidade.<sup>7</sup> É notável o fato de que o primeiro autor que preconizou a coexistência, na França, de diversos povos de diferentes origens fosse, ao mesmo tempo, o primeiro a desenvolver um modo definido de pensar em termos de classe. O conde de Boulainvilliers, nobre francês que escreveu no começo do século XVIII e cujas obras foram publicadas após sua morte, interpretava a história da França como a história de duas nações diferentes, das quais uma, de origem germânica, havia conquistado os habitantes mais antigos, os gauleses, impondo-lhes suas leis, tomando suas terras e estabelecendo-se como classe governante, a “nobreza”, cujos direitos supremos se baseavam no “direito da conquista” e na “necessidade da obediência que sempre é devida ao mais forte”.<sup>8</sup> Preocupado principalmente em encontrar argumentos contra o crescente poder político do *Tiers État* e de seus porta-vozes, que eram o *nouveau corps* formado pelas *gens de lettres et de lois*, Boulainvilliers passou a combater também a monarquia, porque o rei da França já não queria representar a nobreza como *primus inter pares*, e sim a nação como um todo; durante algum tempo, a nova classe em ascensão chegou a ter nele o seu mais poderoso protetor. A fim de recuperar para a nobreza a primazia incontestada, Boulainvilliers propôs que seus companheiros de nobreza negassem ter origem comum com o povo francês, quebrassem a unidade da nação e alegassem uma distinção peculiar e eterna.<sup>9</sup> Mais ousado que a maioria dos defensores da nobreza depois dele, Boulainvilliers negava qualquer conexão predestinada entre os homens e o solo. Assim, admitia que os gauleses estivessem na França havia mais tempo e que os francos eram estranhos e bárbaros. Mas baseava sua doutrina exclusivamente no eterno direito de conquista e não tinha dificuldade em afirmar que “a Frísia (...) constituía o verdadeiro berço da nação francesa”. Séculos antes do surgimento do genuíno racismo imperialista e seguindo apenas a lei inerente ao seu conceito, considerava os habitantes originais da França como nativos no sentido mo-

(7) François Hotman, francês do século XVI, autor de *Franco-Gallia*, é às vezes apontado, como o faz Ernest Seillière, *op. cit.*, como um precursor das doutrinas raciais do século XVIII. Contra essa concepção errônea, protestou com justiça Théophile Simar: “Hotman surge não como apologista dos teutões, mas como defensor do povo que foi oprimido pela monarquia” (*Etude critique sur la formation de la doctrine des race au 18e et son expansion au 19e siècle*, Bruxelas, 1922, p. 20).

(8) *Histoire de l'ancien gouvernement de la France*, 1727, tomo I, p. 33.

(9) Montesquieu, *Esprit des lois*, 1748, XXX, capítulo 7, afirma que a visão da história do conde Boulainvilliers era uma arma política contra o *Tiers Etat*.

derno, ou, em seu próprio dizer, “súditos” — não do rei, mas daqueles cujo privilégio era descenderem dos conquistadores e que, por direito de nascimento, mereciam o nome de “franceses”.

Boulainvilliers foi fortemente influenciado pelas doutrinas do “direito da força” do século XVII e foi certamente um dos discípulos contemporâneos mais aplicados de Spinoza, cuja *Ética* ele traduziu e cujo *Tratado teológico-político* analisou. Porém, ao aceitar e aplicar as idéias políticas de Spinoza, transformou a força em conquista, e esta aparecia como qualidade natural, como privilégio inato dos homens e das nações.

Contudo, a teoria de Boulainvilliers ainda se refere a pessoas, e não a raças; baseia o direito do povo superior num dado histórico, a conquista, e não num fato físico — embora o dado histórico já resultasse das “qualidades naturais” do povo conquistado. Inventa dois povos diferentes na França para atacar a idéia nacional, representada pela monarquia absoluta aliada ao *Tiers État*. Boulainvilliers é antinacional numa época em que a idéia de nação era tomada por nova e revolucionária; a Revolução Francesa demonstraria quanto intimamente era aparentada a uma forma democrática de governo. Boulainvilliers preparou seu país para a guerra civil sem saber o que uma guerra civil significava. Representava muitos daqueles nobres que não se consideravam partícipes da nação, mas sim de uma casta governante à parte, que se sentia mais próxima de estrangeiros, desde que da “mesma sociedade e condição”, do que de seus compatriotas. Na verdade, foram essas tendências antinacionais que exerceram significativa influência entre os *émigrés* pós-revolucionários, para serem finalmente absorvidas pelas doutrinas raciais, expostas com franqueza já no século XIX.

De fato, só quando a Revolução forçou grande parte da nobreza da França a procurar refúgio na Alemanha e na Inglaterra as idéias de Boulainvilliers demonstraram sua utilidade como arma política. Até lá, sua influência sobre a aristocracia francesa manteve-se viva, como se pode ver pela obra de um outro nobre, o conde Dubuat-Nançay,<sup>10</sup> que sublinhava com força ainda maior a ligação entre a nobreza da França e seus pares nos demais países do continente europeu. Às vésperas da Revolução, esse porta-voz do feudalismo francês sentiu-se tão inseguro que preconizava “a criação de uma espécie de *Internationale* da aristocracia de origem bárbara”<sup>11</sup> e, como a nobreza alemã era a única da qual se podia esperar uma eventual ajuda, não hesitou em identificar a origem da nação francesa com a dos alemães. Assim, segundo ele, as classes inferiores da França, embora já não fossem escravas, não eram livres por nascimento mas por *affranchissement*, ou seja, pela graça daqueles que — estes sim — eram livres por nascimento: a nobreza. Alguns anos mais tarde, os exilados franceses realmente tentaram organizar uma *Internationale* de aristocratas para estrangular de antemão a revolta daqueles que desprezavam, considerando-os um grupo estrangeiro escravizado. E, embora o lado mais prático dessas tentativas

(10) *Les Origines de l'ancien gouvernement de la France, de l'Allemagne et de l'Italie*, 1789.

(11) Seillière, *op. cit.*, p. XXXII.

sofresse o espetacular desastre de Valmy,\* os *émigrés* não admitiram derrota, como — entre outros — Charles François Dominique de Villiers, que, por volta de 1800, distinguia entre os galo-romanos inferiores e os germânicos superiores, ou William Alter, que uma década mais tarde sonhou com uma federação de todos os povos germânicos,<sup>12</sup> nobres franceses inclusive. Provavelmente nunca lhes havia ocorrido que eram, na realidade, traidores, tão firmemente estavam convencidos de que a Revolução Francesa era uma “guerra entre dois povos estrangeiros”, como disse François Guizot mais tarde.

Enquanto Boulainvilliers, com a calma equanimidade de um tempo menos perturbado, baseou os direitos da nobreza unicamente nos direitos de conquista, sem depreciar diretamente a própria natureza da outra nação conquistada, o conde de Montlosier, uma das personagens mais dúbias entre os exilados franceses, expressou francamente o seu desprezo por esse “povo que veio de escravos (...) [uma mistura] de todas as raças e de todos os tempos”.<sup>13</sup> Os tempos obviamente haviam mudado, e os nobres, que já não pertenciam mais a uma “raça” inconquistável, também tinham de mudar. Assim, acabaram abandonando a velha idéia, tão cara a Boulainvilliers e até a Montesquieu, de que somente a conquista, *fortune des armes*, determinava os destinos dos homens. A derrota das ideologias da nobreza parecia ter chegado quando o abade Siéyès, em seu famoso panfleto, conclamou o *Tiers Etat* a “mandar de volta para as florestas da Francônia todas essas famílias que conservavam a absurda pretensão de descenderem da raça conquistadora e de terem herdado os seus direitos”.<sup>14</sup>

É um fato bastante curioso que, desde o momento em que os nobres franceses, em sua luta de classe contra a burguesia, descobriram pertencer a uma outra nação, descender de outra origem genealógica e estar mais intimamente ligados a uma casta internacional do que ao solo da França, todas as teorias raciais francesas tenham apoiado o germanismo ou, pelo menos, a suposta superioridade dos povos nórdicos em relação aos seus próprios compatriotas. Assim, os homens da Revolução Francesa se identificavam mentalmente com Roma, não porque combatiam o “germanismo” da nobreza francesa opondo-lhe o “latinismo” do *Tiers Etat*, mas porque se sentiam como herdeiros espirituais dos republicanos romanos. Essa pretensão histórica, em contraste com a identificação tribal da nobreza, pode ter sido uma das causas que impediram o “latinismo” de surgir como doutrina racial. De qualquer modo, por mais

(\*) Na Batalha de Valmy (20 de setembro de 1792), o exército prussiano — enviado à França para pôr um fim na Revolução e reinstalar o antigo regime — foi fragorosamente derrotado pelo exército revolucionário. (N. E.)

(12) Ver René Maunier, *Sociologie coloniale*, Paris, 1932, tomo II, p. 115.

(13) Montlosier, mesmo no exílio, mantinha íntimas relações com o chefe da polícia francesa, Fouché, que o ajudou a melhorar sua triste condição financeira de refugiado. Mais tarde, serviu como agente secreto de Napoleão na alta sociedade francesa. Ver J. Brugerette, *Le Comte de Montlosier*, 1931, e Simar, *op. cit.*

(14) *Qu'est-ce-que le Tiers Etat?* (1789), publicado pouco antes do início da Revolução. Citado por J. H. Clapham, *The Abbé Siéyès*, Londres, 1912, p. 62.

paradoxal que seja, o fato é que foram os franceses a insistirem, antes dos alemães e dos ingleses, nessa *idée fixe* de superioridade germânica.<sup>15</sup> Nem o nascimento da consciência racial alemã após a derrota de 1806, dirigida desde então contra os franceses, alterou o curso das ideologias racistas na França. Nos anos 40 do século XIX, Augustin Thierry ainda aderia à identificação de classes e raças, e distinguia a “nobreza germânica” da “burguesia celta”,<sup>16</sup> enquanto outro nobre francês, o conde Rémusat, proclamava a origem germânica de toda a aristocracia européia. Finalmente, o conde Gobineau transformou em elaborada doutrina histórica uma opinião, já aceita de modo geral entre a nobreza francesa, dizendo haver descoberto a lei secreta da queda das civilizações e elevado a história à dignidade de ciência natural. Com ele, a ideologia racista completou o seu primeiro estágio, iniciando o segundo, cujas influências seriam sentidas até a década dos anos 20 do século XX.

## 2. UNIDADE RACIAL COMO SUBSTITUTO DA EMANCIPAÇÃO NACIONAL

A ideologia racista na Alemanha só se desenvolveu após a derrota do velho exército prussiano ante Napoleão. Seu surgimento foi obra dos patriotas prussianos e do romantismo político, e não da nobreza e de seus porta-vozes. Em contraste com o tipo francês de ideologia racista forjada como arma para a guerra civil e para a divisão do país, o pensamento racial dos alemães resultou do esforço de unir o povo contra o domínio estrangeiro. Seus autores não procuraram aliados além das fronteiras: buscaram despertar no povo a consciência de uma origem comum. Isso na verdade excluía a nobreza, por causa das suas relações notoriamente cosmopolitas, embora estas fossem menos acentuadas entre os *Junkers* prussianos do que entre o resto da nobreza européia; de qualquer forma, excluía a possibilidade de basear o racismo na classe mais exclusiva do povo.

A ideologia racista alemã acompanhou as longas e frustradas tentativas de unir os numerosos Estados alemães; permaneceu — pelo menos em seus estágios iniciais — tão intimamente ligada a sentimentos nacionais que se tornou difícil distinguir na Alemanha o mero nacionalismo do racismo declarado. Sentimentos nacionais inofensivos eram expressos em termos que hoje sabemos racistas, de modo que até mesmo os historiadores que identificaram o racismo alemão do século XX com a linguagem peculiar do nacionalismo alemão são levados a confundir o nazismo com o nacionalismo alemão, contribuindo desse modo para que se subestime a extraordinária atração que a propaganda de Hitler exerceu internacionalmente. As peculiares condições do nacionalismo alemão só mudaram após 1870, quando o país se unificou e o racismo alemão,

(15) “O arianismo histórico tem sua origem no feudalismo do século XVIII e foi apoiado pelo germanismo do século XIX”, observa Seillière, *op. cit.*, p. II.

(16) *Lettres sur l'histoire de France*, 1840.

juntamente com o imperialismo alemão, pôde se manifestar integralmente. Desde então, porém, várias características diferentes modificaram o pensamento racista na Alemanha, tornando-o ideologicamente específico.

Contrariamente ao que ocorreu na França, a nobreza prussiana sentia que os seus interesses estavam estreitamente ligados à posição da monarquia absoluta e, pelo menos desde os tempos de Frederico II, almejava ser reconhecida como legítima representante da nação como um todo. Com exceção do período das reformas prussianas (de 1808 a 1812), a nobreza da Prússia não se assustou com a ascensão da burguesia, nem receou uma coligação entre as classes médias e a casa governante, já que o rei da Prússia era o maior latifundiário do país, permanecendo *primus inter pares* a despeito dos esforços dos reformadores. Portanto, foi fora da nobreza que surgiu a ideologia da raça que, na Alemanha, transformou-se em arma para os nacionalistas. Desejando a união de todos os povos de língua alemã, eles insistiam na importância da origem étnica (racial) comum. Eram liberais na medida em que se opunham ao domínio exclusivo dos *Junkers* prussianos. Enquanto essa origem comum era definida pela língua comum, não se podia chamá-la de ideologia racial propriamente dita.<sup>17</sup>

Somente a partir de 1814 essa origem comum passa a ser freqüentemente descrita em termos de “parentesco de sangue”, de laços familiares, de unidade tribal, de origem pura sem “misturas”. Essas definições, que surgem quase simultaneamente nas obras do católico Josef Goerres e de liberais nacionalistas como Ernst Moritz Arndt e F. L. Jahn, comprovam o fracasso das esperanças de despertar verdadeiros sentimentos nacionais no povo alemão por outros meios culturais — como idioma ou história.<sup>18</sup> Por causa dessa impossibilidade de transformar o povo alemão em nação, da ausência de reminiscências históricas comuns e da aparente apatia popular pelo futuro destino comum, nasceu uma exortação nacionalista dirigida a instintos tribais como eventual substituto daquela aparente unidade nacional que constituía, aos olhos de todo mundo, a esplêndida força da nação francesa. A idéia apresentada como doutrina orgânica da história, e segundo a qual “cada raça é um todo separado e completo”,<sup>19</sup> foi inventada por homens que necessitavam de definições ideológicas de unidade nacional para substituir o conceito de nacionalidade política (inexistente na Alemanha). Esse nacionalismo frustrado levou Arndt a afirmar que os alemães — os últimos a adquirirem “a unidade orgânica” — tinham pelo menos a sorte de formarem uma raça pura e sem mistura, um “povo genuíno”.<sup>20</sup>

A definição orgânica e naturalista da origem dos povos é uma das principais características das ideologias historicistas alemãs. Não obstante, não

(17) Esse era o caso, por exemplo, da *Philosophische Vorlesungen aus den Jahren 1804-1806*, II, 357, de Friedrich Schlegel. O mesmo se aplica a Ernst Moritz Arndt. Ver Alfred P. Pundt, *Arndt and the national awakening in Germany*, Nova York, 1935, pp. 116 ss.

(18) Joseph Goerres, em *Rheinischer Merkur*, 1814, nº 25.

(19) Em *Phantasien zur Berichtigung der Urteile über Künftige deutsche Verfassungen*, [Fantasias para a retificação dos juízos sobre as condições futuras da Alemanha], 1815.

constitui ainda o verdadeiro racismo, pois mesmo aqueles que se utilizavam da terminologia racial defendiam com ela o conceito da genuína nacionalidade, que é o princípio da igualdade dos povos. Assim, no mesmo artigo em que compara as leis dos povos com as leis do mundo animal, Jahn insiste em que na genuína e equitativa pluralidade dos povos e em sua completa multitudine se encontra a única forma de realização dos anseios da humanidade.<sup>20</sup> E Arndt, que mais tarde expressaria forte simpatia pelos movimentos de libertação nacional dos poloneses e italianos, exclamou: “Maldito aquele que subjugar e dominar povos estrangeiros”.<sup>21</sup> Uma vez que os sentimentos nacionais alemães não haviam resultado do genuíno desenvolvimento nacional, mas foram simples reações contra a ocupação estrangeira,<sup>22</sup> as doutrinas nacionais tinham um caráter negativo peculiar, destinavam-se a erguer um muro em torno do povo, a atuar como substitutos de fronteiras que não podiam ser definidas com clareza pela geografia ou pela história.

Enquanto a forma primitiva da ideologia racista da aristocracia francesa servia como instrumento de divisão interna e como arma para a guerra civil, a forma inicial da doutrina racista alemã criava-se como arma de unidade interna, vindo a transformar-se, depois, em arma para a guerra entre as nações. Assim como o declínio da nobreza francesa como classe importante na França teria anulado essa arma se os inimigos da Terceira República não a houvessem ressuscitado, também a realização da unidade nacional alemã teria roubado o significado da doutrina orgânica da história, se os maquinadores do imperialismo moderno não a houvessem restaurado, com o fito de atrair o povo e esconder a realidade de seus interesses sob a respeitável máscara do nacionalismo. O mesmo não se pode dizer, porém, de outra fonte do racismo alemão que, embora aparentemente afastada do âmbito político, teve influência bem mais forte sobre as ideologias posteriores.

O romantismo político tem sido acusado de haver gerado a ideologia racista, como foi e sempre poderia vir a ser acusado de inventar qualquer outra opinião irresponsável, desde que se queira. Adam Mueller e Friedrich Schlegel representam a frivolidade geral do pensamento moderno, onde praticamente qualquer opinião pode entrar em voga durante certo tempo. Nenhuma verdade,

(20) “Os animais de raça mista carecem de verdadeira potência geradora; da mesma forma, pessoas híbridas não se propagam, como um povo, por si mesmas. O ancestral da humanidade está morto e a raça original está extinta. É por isso que cada povo moribundo é um infortúnio para a humanidade. (...) A nobreza humana não pode ser expressa num povo só.” Em *Deutsches Volkstum*, 1810. A mesma posição é expressa por Goerres, que, a despeito de sua definição naturalista de povo (“todos os membros são unidos por um laço sanguíneo comum”), adota um verdadeiro princípio nacional quando diz: “Nenhum ramo tem o direito de dominar o outro” (*op. cit.*).

(21) *Blick aus der Zeit auf die Zeit* [Olhar do tempo sobre o tempo], 1814. Citado por Alfred P. Pundt, *op. cit.*

(22) “Só depois que a Áustria e a Prússia haviam caído após uma luta vã, é que realmente comecei a amar a Alemanha. (...) Quando a Alemanha sucumbiu diante da conquista e da dominação, tornou-se para mim única e indissolúvel”, escreve E. M. Arndt em seu *Erinnerungen aus Schweden* [Lembranças da Suécia], 1818, p. 82. Citado por Pundt, *op. cit.*, p. 151.

nenhum evento histórico, nenhuma idéia política estava a salvo da mania, que a tudo podia atingir e a tudo destroçar, desde que fossem novas e originais as maneiras de emitir novas e fascinantes opiniões. “O mundo deve ser romantizado”, disse Novalis, querendo “conferir alto sentido ao que era comum, apariência misteriosa ao que era ordinário e dignidade de incógnita ao que era conhecido”.<sup>23</sup> Um dos objetos romantizados — o povo — podia, de um momento para o outro, transformar-se em Estado, em família, em nobreza ou em qualquer outro elemento que — pelo menos no começo — passasse pela cabeça de um desses intelectuais ou que, mais tarde — quando, já maduros, haviam aprendido a realidade do pão de cada dia —, lhe fosse encomendado por algum freguês pagante.<sup>24</sup> É, portanto, quase impossível estudar-se a evolução de qualquer das opiniões que competiam livremente entre si, e das quais o século XIX é tão assombrosamente rico, sem que se analise o romantismo em sua forma alemã.

O que esses primeiros intelectuais modernos realmente prepararam não foi tanto a evolução de qualquer opinião particular quanto a mentalidade genérica dos modernos eruditos alemães; estes já provaram mais de uma vez que não existe ideologia a que não se submetam de bom grado, quando está em jogo a única realidade que nem mesmo um romântico poderia dar-se ao luxo de ignorar: a realidade das posições pessoais. Para esse tipo de conduta, o romantismo serviu de excelente pretexto em sua ilimitada idolatria da “personalidade” do indivíduo, cuja própria arbitrariedade era prova de gênio. Qualquer coisa que servisse à assim chamada produtividade do indivíduo, ou seja, ao jogo totalmente arbitrário de suas “idéias”, podia tornar-se o centro de todo um modo de encarar a vida e o mundo.

Esse cinismo peculiar ao culto romântico da personalidade tornou possíveis certas atitudes modernas entre os intelectuais, atitudes estas razoavelmente bem representadas por Mussolini, um dos últimos herdeiros desse movimento, quando ele dizia ser, ao mesmo tempo, “aristocrata e democrata, revolucionário e reacionário, proletário e antiproletário, pacifista e antipacifista”. O implacável individualismo do romantismo nunca significou algo mais sério do que isto: “todos têm o direito de criar a sua própria ideologia”. O que havia de novo na experiência de Mussolini era a “tentativa de pô-la em prática com toda a energia possível”.<sup>25</sup>

Devido a esse “relativismo”, a contribuição direta do romantismo para a evolução do sentimento racista foi quase nula. Do jogo anárquico que a qualquer instante permite a qualquer um ter pelo menos uma opinião pessoal e arbitrária, decorre quase naturalmente o direito à formulação e divulgação de qualquer opinião concebível. Muito mais característica do que esse caos era a

(23) “Neue Fragmentensammlung” [Nova coletânea dos fragmentos] (1798), em *Schriften* [Escritos], Leipzig, 1929, tomo II, p. 335.

(24) A respeito da atitude romântica na Alemanha, ver Carl Schmitt, *Politische Romantik*, Munique, 1925.

(25) Mussolini, “Relativismo e fascismo”, em *Diurna*, Milão, 1924. Tradução citada por F. Neumann, *Behemoth*, 1942, pp. 462-3.

crença fundamental na personalidade como fim último. Na Alemanha, onde o conflito entre a nobreza e a classe média em ascensão nunca foi travado no campo político, o culto da personalidade tornou-se o único meio de alcançar pelo menos certa forma de emancipação social. A classe governante do país mostrava tão abertamente seu tradicional desprezo pelo comércio e seu desgosto por associações com os comerciantes, a despeito da riqueza e da importância crescentes desses últimos, que não lhes era fácil encontrar um meio de atingir certa dignidade. O clássico *Bildungsroman* alemão, *Wilhelm Meister*, no qual o herói da classe média é educado por nobres e atores, porque o burguês de sua própria esfera social é desprovido de “personalidade”, prova suficientemente a irremediabilidade da situação então reinante para a classe média.

Os intelectuais alemães, embora raramente promovessem lutas políticas em prol da classe média à qual pertenciam, travaram uma batalha amarga e, infelizmente, muito bem-sucedida em prol de sua própria posição social. Até mesmo aqueles que haviam escrito em defesa da nobreza sentiam que os seus próprios interesses estavam em jogo quando se tratava da ascensão social. Para poderem competir com direitos e qualidades de nascimento, formularam o novo conceito de “personalidade inata”, que iria obter a aprovação geral da sociedade burguesa. A “personalidade inata”, exatamente como o título de herdeiro de uma família antiga, passou a decorrer do nascimento, sem ser adquirida pelo mérito. Assim como a falta de história comum para a formação da nação havia sido artificialmente sanada pela implantação do conceito naturalista de desenvolvimento orgânico, também na esfera social supunha-se que a natureza proporcionava ao indivíduo o título que a realidade política lhe havia negado. Cedo, escritores liberais passaram a vangloriar-se de serem os “verdadeiros nobres”, em contraposição aos surrados títulos de barão e quejandos, que afinal podiam ser concedidos e cancelados, e afirmavam, implicitamente, que seus privilégios naturais — a força ou o gênio — não podiam ser atribuídos a qualquer feito humano.<sup>26</sup>

Logo ficou patente o aspecto discriminatório desse novo conceito social. Durante o período de anti-semitismo social, que introduziu e preparou a descoberta do ódio aos judeus como arma política, foi o conceito da falta da “personalidade inata” — ou da inata falta de tato, da inata falta de produtividade, da inata vocação para o comércio etc. — que distinguiu a conduta do comerciante judeu da dos seus colegas em geral. Em sua febril tentativa de invocar algum orgulho próprio contra a arrogância de classe dos *Junkers*, sem, contudo, ousar bater-se por liderança política, a burguesia buscou, desde o início, olhar com desprezo não tanto as classes inferiores, mas simplesmente os outros povos. Muito típica disso é a pequena obra literária de Clemens Brentano,<sup>27</sup>

(26) Ver o interessante panfleto contra a nobreza do escritor liberal Buchholz, *Untersuchungen ueber den Geburtsadel* [Pesquisas sobre a nobreza de nascença], Berlim, 1807, p. 68: “A verdadeira nobreza não pode ser dada ou tomada; pois, como a força e o gênio, estabelece-se a si mesma e existe por si mesma”.

(27) Clemens Brentano, *Der Philister vor, in und nach der Geschichte* [O filisteu antes, durante e na história], 1811.

escrita para o clube ultranacionalista antinapoleônico — e lida por seus membros que se reuniram em 1808 sob o nome de “Die Christlich-Deutsche Tischgesellschaft” [A Sociedade Alemã e Cristã de Reuniões]. Em sua maneira, altamente sofisticada e espirituosa, Brentano mostra o contraste entre a “personalidade inata”, o indivíduo genial, e o “filisteu”, que ele identificava com franceses e judeus. Doravante, a burguesia alemã tentaria pelo menos atribuir a outros povos — inicialmente aos franceses, mais tarde aos ingleses e sempre aos judeus — todas as qualidades que a nobreza desprezava como tipicamente burguesas. Quanto às misteriosas qualidades que uma “personalidade inata” recebia ao nascer, eram exatamente as mesmas que os verdadeiros *Junkers* diziam possuir.

Embora os padrões da nobreza contribuissem, desse modo, para o surgimento do pensamento racista, não se pode atribuir aos próprios *Junkers* a culpa pela formação dessa mentalidade. O único *Junker* desse período a desenvolver uma teoria política própria, Ludwig von der Marwitz, nunca fez uso de termos racistas. Segundo ele, as nações eram separadas pelos idiomas — uma diferença espiritual e não física — e, embora fosse violento inimigo da Revolução Francesa, falava como Robespierre quando se tratava de possível agressão de uma nação contra outra: “Aquele que planeja expandir suas fronteiras deveria ser considerado um pérvido traidor em meio a toda a república européia de Estados”.<sup>28</sup> Foi Adam Mueller quem insistiu na descendência pura como teste de nobreza, e foi Haller que, indo além do fato óbvio de que os poderosos dominam os que não têm poder, disse ser da lei natural que os fracos fossem dominados pelos fortes. Os nobres, naturalmente, aplaudiram com entusiasmo quando souberam que sua usurpação do poder era não somente legal, como também estava de acordo com as leis naturais, e foi em decorrência das definições burguesas que, no decorrer do século XIX, foram mais cautelosos do que antes em evitar “mésalliances”.<sup>29</sup>

Essa insistência na origem tribal comum como essência da nacionalidade, formulada pelos nacionalistas alemães durante e após a guerra de 1814, e a ênfase que os românticos davam à personalidade inata e à nobreza natural prepararam a Alemanha intelectualmente para pensar em termos racistas. Da primeira idéia, surgiu a doutrina orgânica da história com as suas leis naturais; da outra, surgiu no fim do século XIX a grotesca imitação de super-homem, com o destino “natural” de dominar o mundo. Enquanto essas tendências evoluíam paralelamente, representavam apenas meios temporários de fuga da realidade política. Mas, fundidas numa só, constituíram a própria base do racismo como ideologia plenamente desenvolvida. Isso, contudo, não veio a acontecer primeiramente na Alemanha, e sim na França, e não foi obra de intelectuais da

(28) “Entwurf eines Friedenspaktes” [A elaboração de um tratado de paz], em Gerhard Ramlow, *Ludwig von der Marwitz und die Anfänge konservativer Politik und Staatsauffassung in Preussen* [Marwitz e o início da política conservadora e organização estatal da Prússia], *Historische Studien*, vol. 185, p. 92.

(29) Vide Sigmund Neumann, *Die Stufen des preussischen Konservatismus* [Primórdios do conservadorismo prussiano], *Historische Studien*, vol. 190, 1930. Quanto a Adam Mueller é importante a leitura de seu *Elemente der Staatskunst* [Elementos da arte de Estado], 1809.

classe média, mas de um nobre altamente talentoso e frustrado, o conde de Gobineau.

### 3. A NOVA CHAVE DA HISTÓRIA

Em 1853, o conde Arthur de Gobineau publicou seu *Essai sur l'inégalité des races humaines*, que, somente cerca de cinqüenta anos mais tarde, já no início do século XX, se tornaria fundamental para as teorias racistas da história. A frase inicial dessa obra de quatro volumes — “O declínio da civilização é o fenômeno mais notável e, ao mesmo tempo, o mais obscuro da história”\* — revela claramente o interesse essencialmente novo e moderno do autor e o tom pessimista que domina sua obra, gerando a força ideológica capaz de unir todos os fatores ideológicos anteriores e as opiniões em conflito. De fato, desde tempos imemoriais, a humanidade tem desejado saber tanto quanto possível sobre culturas passadas, impérios derrubados e povos extintos; mas ninguém antes de Gobineau cuidou de encontrar uma *única razão*, uma força *única* que rege as civilizações em sua ascensão e declínio. As doutrinas da decadência parecem ter alguma conexão ideológica íntima com o sentimento racista. Certamente não foi por coincidência que outro dos primeiros apologistas do racismo, Benjamin Disraeli, sentia igual fascínio pelo declínio das culturas, enquanto, por outro lado, Hegel, cuja filosofia cuidava, em grande parte, da lei dialética da evolução aplicada à história, nunca se interessou pela ascensão e declínio das culturas em si, nem por lei alguma que explicasse as causas da extinção das nações. Foi precisamente essa a lei que Gobineau formulou. Sem o darwinismo ou qualquer outra teoria evolucionista a influenciá-lo, esse historiador jactava-se de haver colocado a história na categoria das ciências naturais, detectado a lei natural que regia o curso de todos os acontecimentos e reduzido todas as manifestações espirituais e fenômenos culturais a algo que, “graças à ciência exata, nossos olhos podem ver, nossos ouvidos podem ouvir, nossas mãos podem tocar”.

O aspecto mais surpreendente da teoria, apresentada em pleno otimismo do século XIX, está no fato de o autor sentir-se fascinado pelo declínio das civilizações sem interessar-se por sua ascensão. Ao escrever o *Essai*, Gobineau não previu o possível uso de sua teoria como arma da política prática, e assim teve a coragem de chegar às consequências, inteiramente sinistras, da sua “lei do declínio”. Em contraste com Spengler, que prediz o declínio apenas da cultura ocidental, Gobineau prevê, com precisão “científica”, nada menos que o desaparecimento definitivo do homem — ou, em suas palavras, da raça humana — da face da terra. Após reescrever a história humana em quatro volumes, ele conclui: “Somos tentados a atribuir uma duração total de 12 a 14 mil anos ao

(\*). As citações de Gobineau, em inglês no original, foram confrontadas com *Essai sur l'inégalité des races humaines*, Ed. Librairie de Paris Firmin-Didot, Paris, 1933, e traduzidas diretamente do francês. (N. E.)

domínio do homem na Terra, sendo esse tempo dividido em dois períodos: o primeiro já passou, e pertenceu à juventude (...) o segundo já começou, para testemunhar o declínio em direção à decrepitude".

Já se observou que Gobineau, trinta anos antes de Nietzsche, se interessava pelo problema da *décadence*.<sup>30</sup> Há, contudo, uma diferença: Nietzsche vivia a experiência da decadência européia, escrevendo no ápice desse movimento concomitantemente com as atividades de Baudelaire na França, Swinburne na Inglaterra e Wagner na Alemanha; Gobineau, porém, mal conhecia essa variação, então moderna, de *taedium vitae*, e deve ser considerado o último herdeiro de Boulaïnwilliers e da nobreza francesa exilada que, sem complicações psicológicas, simplesmente (e corretamente) temia pelo futuro da aristocracia como casta. Com certa ingenuidade, aceitava quase literalmente as doutrinas do século XVIII acerca da origem do povo francês: os burgueses descendem de escravos galo-romanos, os nobres são germânicos.<sup>31</sup> O mesmo se aplica à sua insistência no caráter internacional da nobreza. Embora, em termos nobiliárquicos, Gobineau fosse possivelmente um impostor (seu título francês é mais do que duvidoso), exagerava e levava além dos limites as doutrinas genealógicas, expondo-as ao ridículo quando afirmava descender, por intermédio de pirata escandinavo, do deus germânico Odim e gabava-se por "também pertencer à raça dos deuses".<sup>32</sup> Mas sua real importância reside no fato de que, em meio a ideologias que louvavam o progresso, ele profetizava a ruína e o fim da humanidade numa lenta catástrofe natural. Quando Gobineau iniciou sua obra, nos dias do rei burguês Luís Filipe, o destino da nobreza parecia estar traçado. A nobreza não precisava mais recear a vitória do *Tiers Etat*: esta já havia ocorrido, e aos nobres só restava lastimarem-se em vão. Seu infortúnio, expresso por Gobineau, é muito semelhante ao profundo desespero dos poetas da decadência que, um decênio mais tarde, cantavam a fragilidade de todas as coisas humanas, comparando-as com *les neiges d'antan*, as neves de antanho. No tocante a Gobineau, essa afinidade é perfeitamente accidental; mas é interessante notar que, uma vez estabelecida, nada podia evitar que intelectuais muito respeitáveis do fim do século XIX, como Robert Dreyfus na França ou Thomas Mann na Alemanha, levassem a sério esse descendente de Odim. Muito antes que o horrível e o ridículo se conjugassem, nessa mistura humanamente incompreensível que caracteriza nosso século, o ridículo já havia perdido o seu poder de matar.

Foi também à peculiar atmosfera pessimista e ao desespero das últimas décadas do século XIX que Gobineau deveu a sua fama tardia. Isso, contudo, não significa necessariamente que ele tenha sido um precursor da geração da "alegre dança da morte e do comércio", como a define Joseph Conrad. Ele não era nem um estadista que acreditasse em negócios, nem um poeta que louvasse

(30) Ver Robert Dreyfus, "La vie et les prophéties du Comte de Gobineau", Paris, 1905, em *Cahiers de la Quinzaine*, série VI, cad. 16, p. 56.

(31) *Essai*, tomo II, livro IV, e o artigo "Ce qui est arrivé à la France en 1870", em *Europe*, 1923.

(32) L. Duesberg, "Le Comte de Gobineau", em *Revue Générale*, 1939.

a morte. Era apenas uma curiosa mistura de nobre frustrado e intelectual romântico, que inventou o racismo quase por acaso, quando, em lugar de aceitar simplesmente as antigas doutrinas dos "dois povos franceses", percebeu que era mais sensato e preferível reformular a idéia de que os melhores homens galgam necessariamente o topo da sociedade. Cibia-lhe, porém, obviamente, explicar por que os melhores homens — os nobres — não tinham mais esperanças de recuperar sua antiga posição social. Assim, passo a passo, identificou a queda do seu próprio castelo com a queda da França, com a queda da civilização ocidental e, finalmente, com a de toda a humanidade, chegando à descoberta (pela qual foi tão admirado por escritores e biógrafos pôsteros) de que a queda das civilizações se deve à degenerescência da raça, e de que esta, ao conduzir ao declínio, é causada pela mistura de sangue. Isso implica — logicamente — que, qualquer que seja a mistura, é a raça inferior que acaba preponderando. Mas essa argumentação, quase lugar-comum no fim do século XIX, encontrou entre os contemporâneos de Gobineau uma outra *idée fixe*, a da "sobrevivência dos mais aptos". O otimismo liberal da burguesia ainda triunfante preferia reformular a teoria do direito da força, rechaçando "a chave da história" e a prova do declínio inevitável. Em vão Gobineau tentou granjejar um público maior tomando partido na questão da escravatura americana, e construindo jeitosamente todo um sistema próprio para explicar o conflito básico entre negros e brancos. Teve de esperar quase cinqüenta anos pelo sucesso que só alcançaria junto à "elite", e suas obras conquistaram grande popularidade só em decorrência da Primeira Guerra Mundial, que permitiu o surgimento de tantas "escolas" de filosofia da destruição.<sup>33</sup>

O que Gobineau realmente procurou na política foi a definição e a criação de uma "elite" que substituisse a aristocracia. Em lugar de príncipes, propunha uma "raça de príncipes", os arianos, que, segundo dizia, corriam o risco de serem engolfados, através do sistema democrático, pelas classes não-arianas inferiores. O conceito de raça tornava possível organizar as "personalidades inatas" do romantismo alemão e defini-las como membros de uma aristocracia natural, destinada a dominar todos os outros. Se a raça e a mistura de raças são os fatores que tudo determinam num indivíduo — e Gobineau não pressupunha a existência de raças "puras" —, é possível encontrar a viabilidade do surgimento de superioridades físicas em qualquer indivíduo, independentemente de sua situação social do momento, sendo lógico para Gobineau que todo homem excepcional pertença aos "verdadeiros sobreviventes (...) dos merovíngios", os "filhos dos reis". Graças à raça, podia ser formada uma "elite" com direito às antigas prerrogativas das famílias feudais, e isso apenas pela afirmação de que

(33) Ver a revista francesa *Europe*, 1923, número dedicado à memória de Gobineau, especialmente o artigo de Clément Serpeille de Gobineau, "Le gobinisme et la pensée moderne": "Foi só em (...) meados da guerra que achei que o *Essai sur les races* era inspirado por uma hipótese produtiva, a única que podia explicar certas coisas que estavam acontecendo debaixo dos nossos olhos. (...) Fiquei surpreso ao verificar que esta opinião era quase unânime. Após a guerra, notei que, para quase toda a geração mais moça, as obras de Gobineau haviam se tornado uma revelação".

se *sentiam* como nobres; e bastava aceitar a ideologia racial para provar o fato de ser “bem nascido” e de ter “sangue azul” em suas veias: a origem superior recebida pelo nascimento implicava direitos superiores. A partir, portanto, de um só evento político — o declínio da nobreza —, o conde tirou duas consequências contraditórias: a decadência da raça humana e a formação de uma nova aristocracia natural. Mas não sobreviveu para assistir à aplicação prática dos seus ensinamentos, com a qual a nova aristocracia racial resolveu as contradições de sua teoria, quando realmente iniciou o “inevitável” declínio da humanidade num supremo esforço de destruí-la.

Segundo o exemplo de seus precursores, isto é, dos nobres franceses exilados, Gobineau viu nessa elite racial não apenas um baluarte contra a democracia, mas também contra a “monstruosidade canaanita” do patriotismo.<sup>34</sup> E, como sucedia que a França era a “*patrie*” *par excellence*, pois o seu governo — fosse reino, império ou república — baseava-se sempre na igualdade essencial dos homens, e como, pior ainda, a França era o único país de sua época onde mesmo gente de cor preta gozava de direitos civis, era natural que Gobineau declarasse sua lealdade não ao povo francês, mas ao inglês e, mais tarde, após a derrota francesa de 1871, aos alemães.<sup>35</sup> Não se pode chamar de acidental essa falta de dignidade, nem de infeliz coincidência esse oportunismo. O velho ditado de que “nada é tão bem-sucedido como o sucesso” aplica-se principalmente a pessoas afeitas a opiniões arbitrárias. Os ideólogos que pretendem dispor da chave da verdade são forçados a alterar e torcer suas opiniões sobre casos específicos de acordo com os acontecimentos, e jamais podem dar-se ao luxo de entrar em conflito com o seu deus mutável, a realidade. Seria absurdo exigir fidelidade daqueles que, por suas próprias convicções, são forçados a justificar qualquer situação.

É preciso admitir que, até a época em que os nazistas, ao se estabelecerem como elite racial, admitiram com franqueza o seu desprezo por todos os povos, inclusive pelo povo alemão, o racismo francês foi o mais consistente, pois jamais caiu na fraqueza do patriotismo. Mesmo durante a última guerra essa atitude não mudou; é verdade que a “essência ariana” já não era monopólio dos alemães, e sim dos anglo-saxões, suecos e normandos; mas a nação, o patriotismo e a lei eram tidos como “preconceitos, valores fictícios e nominais”.<sup>36</sup> Até

(34) *Essai*, tomo II, livro IV: “A palavra *patrie* (...) recuperou sua importância somente depois da ascensão das camadas galo-romanas que assumiram um papel político. Com o seu triunfo, o patriotismo novamente se tornou uma virtude”.

(35) Ver Seillière, *op. cit.*, vol. I: “Le Comte de Gobineau et l’aryanisme historique, p. 32: “No *Essai*, a Alemanha mal é germânica; a Grã-Bretanha é muito mais germânica. (...) Certamente Gobineau mudou de opinião mais tarde, mas sob a influência do sucesso”. É interessante notar que para Seillière, que, durante os seus estudos, se tornou adepto ardoroso do gobinismo — “o clima intelectual ao qual provavelmente os pulmões do século XX terão de se adaptar” —, o sucesso parecia razão suficiente para que Gobineau subitamente mudasse de opinião.

(36) Poderíamos multiplicar os exemplos. A citação é tirada de Camille Spiess, *Impérialismes. Gobinisme en France*, Paris, 1917.

mesmo Taine acreditava firmemente no gênio superior da “nação germânica”,<sup>37</sup> e Ernest Renan foi provavelmente o primeiro a opor os “semitas” aos “arianos”, numa definitiva “divisão do gênero humano”, embora afirmasse ao mesmo tempo que a civilização era a força superior destruidora das especificidades locais e diferenças raciais.<sup>38</sup> Todo o linguajar racista — tão típico dos escritores franceses após 1870,<sup>39</sup> mesmo que não fossem racistas num sentido estrito deste termo — segue um padrão antinacional e pró-germânico.

Enquanto a consistente tendência antinacional do gobinismo serviu para aliciar aliados reais ou fictícios além das fronteiras aos inimigos da democracia francesa e, mais tarde, da Terceira República, o amálgama dos conceitos de raça e de “elite” deu à *intelligentsia* internacional novos e excitantes jogos psicológicos com que brincar no grande parque de diversões da história. Os *filhos des rois* de Gobineau eram parentes chegados dos heróis, santos, gênios e super-homens do fim do século XIX, todos românticos de indisfarçável origem germânica. A inerente irresponsabilidade das opiniões românticas encontrou na mistura de raças de Gobineau um novo alento, porque essa mistura mostrava grandiosos eventos históricos que podiam ser reconhecidos no íntimo de cada um. Isso significava que as experiências íntimas podiam ter importância histórica, e que a história se desenrolava no íntimo de cada pessoa. “Desde que li o *Essai*, sempre que algum conflito perturbava as fontes ocultas do meu ser, sentia como se uma batalha interminável se travasse em minha alma, a batalha entre o negro, o amarelo, os semitas e os arianos”.<sup>40</sup> Por mais significativas que sejam esta e outras confissões semelhantes que revelavam o estado de espírito de intelectuais modernos, verdadeiros herdeiros do romantismo, independentemente das opiniões que professem, ressalta delas a inocuidade espiritual e a inocência política de homens que, provavelmente, poderiam ter sido facilmente persuadidos a adotar toda e qualquer ideologia.

#### 4. OS “DIREITOS DOS INGLESES” vs. OS DIREITOS DO HOMEM

Enquanto as sementes da ideologia racial alemã foram plantadas durante as guerras napoleônicas, o início do racismo inglês data da Revolução Francesa. Pode ser atribuído ao homem que a denunciou violentamente como “a mais espantosa (crise) que jamais ocorreu no mundo” — a Edmund Burke.<sup>41</sup> É bem conhecida a profunda influência que a sua obra exerceu não apenas sobre o

(37) Quanto à posição de Taine, ver John S. White: “Taine on race and genius”, em *Social Research*, fevereiro de 1943.

(38) Na opinião de Gobineau, os semitas eram uma raça branca híbrida, abastardada por uma mistura com os negros. Quanto a Renan, ver a *Histoire générale et système comparé des langues*, 1863, parte I, pp. 4, 503 e *passim*. A mesma distinção em seu *Langues sémitiques*, I, 15.

(39) Isso foi muito bem exposto por Jacques Barzun, *op. cit.*

(40) Esse surpreendente cavalheiro é ninguém mais que o conhecido escritor e historiador Elie Faure, “Gobineau et le problème des races”, em *Europe*, 1923.

(41) *Reflections on the revolution in France*, 1790, Everyman’s Library Edition, Nova York, p. 8.

pensamento político inglês, mas também sobre o alemão. Convém sublinhar esse fenômeno, dadas as semelhanças entre os sentimentos raciais alemão e inglês, em oposição ao francês. Essas semelhanças decorrem do fato de ambas as nações terem derrotado a França, tendendo, em consequência, à classificação negativa das idéias de *Liberté-Egalité-Fraternité* como resultantes do pensamento estrangeiro. Como a desigualdade social era a base da sociedade inglesa, os conservadores britânicos não se sentiam muito à vontade quando se tratava dos “direitos do homem”. Ao contrário, segundo a opinião geral que emitiam no século XIX, a desigualdade fazia parte do caráter nacional inglês. Para Disraeli, “nos direitos dos ingleses existia algo melhor que os Direitos do Homem”, e para sir James Stephen “poucos fatos da história [eram] mais deploráveis do que a maneira pela qual os franceses se deixavam empolgados por essas questões”.<sup>42</sup> Esse é um dos motivos pelos quais os ingleses foram capazes de desenvolver pensamentos racistas numa base nacional antes do fim do século XIX, quando, na França, as mesmas opiniões revelaram desde o começo seu caráter antinacional.

O principal argumento de Burke contra os “princípios abstratos” da Revolução Francesa está contido na seguinte frase: “A constante política da nossa constituição consiste em afirmar e assegurar as nossas liberdades como *herança vinculada*, que recebemos dos nossos antepassados e que devemos transmitir à nossa posteridade; como um patrimônio pertencente especialmente ao povo deste reino, sem qualquer referência a outros direitos mais genéricos e anteriores”. O conceito de herança, aplicado à natureza da liberdade, foi a base ideológica da qual o nacionalismo inglês recebeu um curioso toque de sentimentos raciais desde a Revolução Francesa. Formulado por um escritor da classe média, significava a aceitação do conceito feudal de liberdade, vista como soma de privilégios herdados juntamente com o título e a terra sem infringir os direitos da classe privilegiada dentro da nação inglesa, Burke estendeu o princípio desses privilégios a todo o povo inglês, elevando-o, como todo, ao nível de nobreza entre as nações. Daí o seu desprezo por aqueles que davam à liberdade o nome de “direitos do homem”, quando esses direitos, em sua opinião, só tinham sentido como os “direitos dos ingleses”.

Na Inglaterra, o nacionalismo surgiu sem que houvesse sérias ameaças às antigas classes feudais. Isso foi possível porque a pequena fidalguia inglesa a partir do século XVIII havia assimilado as camadas superiores da burguesia, de forma que, às vezes, até mesmo o homem comum podia atingir a posição de um lorde. Esse processo permitiu eliminar grande dose da habitual arrogância dos nobres, criando considerável senso de responsabilidade pela nação como um todo; mas, ao mesmo tempo, a mentalidade feudal e seus conceitos influenciavam mais facilmente que em outros países as idéias políticas das classes inferiores, sempre passíveis de ascensão. Assim, o conceito de herança foi aceito quase sem contestação e aplicado a toda a “estirpe” britânica. Resultou dessa

(42) *Liberty, equality, fraternity*, 1873, p. 254. Quanto a lorde Beaconsfield, ver Benjamin Disraeli, *Lord George Bentinck*, 1853, p. 184.

assimilação de valores por todas as classes a preocupação quase obsessiva da ideologia racial inglesa com as teorias de hereditariedade e com o seu equivalente moderno, a eugenia.

Desde o momento em que os europeus tentaram incluir todos os povos da terra no conceito de “humanidade ampla”, começaram a irritar-se com a descoberta das substanciais diferenças físicas que os distinguiam dos homens dos outros continentes.<sup>43</sup> O entusiasmo que se manifestava no século XVIII pela diversidade em que se consubstanciava a natureza, na realidade idêntica e onipresente, do homem e da razão deparava com a seguinte questão crucial: se o dogma cristão da unidade e igualdade de todos os homens baseava-se na descendência comum de um casal original, como poderiam reagir os homens diante das tribos que, ao que se sabia, nunca haviam engendrado, por si mesmas, qualquer expressão da razão ou paixão humanas, quer em atos culturais, quer em costumes populares, e cujas instituições nunca haviam ultrapassado um nível muito baixo? Esse novo problema, que surgiu na cena histórica da Europa e da América em consequência do conhecimento mais profundo das tribos africanas, já havia provocado, especialmente na América e em algumas possessões britânicas, um retrocesso a formas de organização social que se acreditavam definitivamente ultrapassadas pelo cristianismo. Mas nem mesmo a escravidão, embora estabelecida em base estritamente racial, engendrou ideologias racistas entre os povos escravizadores antes do século XIX. Durante todo o século XVIII, até os senhores-de-escravos americanos consideravam a escravidão uma instituição provisória e pensavam em abolir-la gradualmente. Mas muito deles provavelmente repetiram com Jefferson: “Aterroriza-me pensar que Deus é justo”.

Na França, onde o problema das tribos negras havia provocado o desejo de assimilá-las e educá-las, o grande cientista Leclerc de Buffon elaborou uma classificação de raças que, catalogando todos os outros povos segundo as diferenças com relação aos europeus, transmitia a idéia de igualdade através de justaposição de vários elementos.<sup>44</sup> O século XVIII, para usar a frase de Tocqueville, admiravelmente precisa, “acreditava na variedade das raças, mas na unidade da espécie humana”.<sup>45</sup> Na Alemanha, Herder se recusara a aplicar aos homens a “ignobil palavra” *raça*, e mesmo o primeiro historiador da cultura humana a usar a classificação de espécies diferentes, Gustav Klemm,<sup>46</sup> ainda respeitava a idéia da humanidade como o escopo geral dos seus estudos. Mas na América e na Inglaterra, onde os povos tinham de resolver um problema de

(43) Encontram-se ecos significantes, se bem que moderados, dessa perplexidade em muitas narrativas de viagens do século XVIII. Voltaire achou que ela valia uma nota especial em seu *Dictionnaire philosophique*: “Além disso, já vimos como são diferentes as raças que habitam este planeta, e quanto grande deve ter sido a surpresa do primeiro negro e do primeiro branco ao se encontrarem” (artigo: “Homme”).

(44) *Histoire Naturelle*, 1769-89.

(45) *Op. cit.*, carta de 15 de maio de 1852.

(46) *Allgemeine Kulturgeschichte der Menschheit* [A história geral da cultura da humanidade], 1843-52.

convivência após a abolição da escravatura, as coisas se afiguravam bem mais difíceis. Com a exceção da África do Sul — nação que só influenciou o racismo ocidental depois da “corrida para a África” na década de 80 —, esses países foram os primeiros a lidar com o problema racial na política prática. A abolição da escravatura acirrou os conflitos internos em vez de solucionar as dificuldades existentes. Isso ocorreu especialmente na Inglaterra, onde os “direitos dos ingleses” não foram substituídos por uma nova orientação política que pudesse ter proclamado os direitos do homem. Assim, a abolição da escravatura nas possessões britânicas em 1834 e a discussão que precedeu a Guerra Civil Americana encontraram na Inglaterra uma opinião pública altamente confusa — solo fértil para as várias doutrinas “naturalistas” que surgiram nessas décadas.

A primeira delas foi representada pelos poligenistas que, acusando a Bíblia de ser um livro de piedosas mentiras, negavam qualquer relação entre as raças humanas; seu principal feito foi a destruição da idéia da lei natural como elo de ligação entre todos os homens e todos os povos. Embora sem estipular uma superioridade racial predestinada, o poligenismo isolou arbitrariamente todos os povos, resultado do profundo abismo gerado pela impossibilidade física da compreensão e comunicação humanas. O poligenismo, ao explicar porque “o Leste é o Leste e o Oeste é o Oeste, e nunca os dois se encontrarão”, ajudou a evitar casamentos inter-raciais nas colônias e a promover a discriminação contra indivíduos de origem mista, que, segundo o poligenismo, não são verdadeiros seres humanos, pois não pertencem a raça alguma; ao contrário, cada homem “misto” é uma espécie de monstro porque nele “cada célula é o palco de uma guerra civil”.<sup>47</sup>

Por mais duradoura que, a longo prazo, tenha sido a influência do poligenismo sobre a ideologia racial inglesa, ele foi derrotado e substituído por uma outra doutrina, o darwinismo, que também partia do princípio da hereditariedade, mas acrescentava-lhe o princípio político peculiar ao século XIX — o progresso. Assim, chegava à conclusão oposta, mas muito mais convincente, de que o homem é aparentado não apenas com os outros homens, mas também com a vida animal, que a existência de raças inferiores mostra claramente que somente diferenças graduais separam o homem do animal, e que uma forte luta pela existência domina todos os seres vivos. O darwinismo devia sua força especialmente ao fato de seguir o caminho da antiga doutrina do direito da força. Mas, enquanto essa doutrina, quando usada por aristocratas, expressava-se em orgulhosos termos de conquista, agora era traduzida na amarga linguagem de pessoas que apenas haviam conhecido a luta pelo pão de cada dia e que, se batalhavam, era só para conseguir a relativa segurança dos arrivistas.

O esmagador sucesso do darwinismo resultou também do fato de ter fornecido, a partir da idéia de hereditariedade, as armas ideológicas para o domínio de uma raça ou de uma classe sobre outra, podendo ser usado tanto a favor como contra a discriminação racial. Do ponto de vista político, o darwinismo era neutro em si: servia como base tanto ao pacifismo e cosmopolitismo,

(47) A. Carthill, *The lost dominion*, 1924, p. 158.

como às formas mais agudas de ideologias imperialistas.<sup>48</sup> Nas décadas de 70 e 80 do século XIX, o darwinismo era ainda quase exclusivamente manejado na Inglaterra pelos anticolonialistas. E o primeiro filósofo da evolução, Herbert Spencer, que tratou a sociologia como parte da biologia, acreditava que a seleção natural era benéfica à evolução da humanidade e que dela resultaria a paz eterna. Para a discussão política, o darwinismo oferecia dois conceitos importantes: a luta pela existência, com a otimista afirmação da necessária e automática “sobrevivência dos mais aptos”, e as infinitas possibilidades que pareciam haver na evolução do homem a partir da vida animal, e que deram origem à nova “ciência” da eugenia.

A doutrina da necessária sobrevivência do mais apto, com a implicação de que as camadas superiores da sociedade são eventualmente as mais “aptas”, morreu, como havia morrido a doutrina da conquista, no momento em que as classes dominantes da Inglaterra e a hegemonia inglesa nas colônias já não estavam absolutamente seguras, isto é, quando se tornou altamente duvidoso que os mais “aptos” hoje continuariam ainda os mais aptos amanhã. Mas a outra parte do darwinismo, a evolução do homem a partir da vida animal, infelizmente sobreviveu. A eugenia prometia vencer as incômodas incertezas da doutrina da sobrevivência, segundo a qual era tão impossível prever quem viria a ser o mais apto quanto proporcionar a uma nação os meios de desenvolver aptidão eterna. Essa possível consequência da eugenia aplicada foi enfatizada na Alemanha nos anos 20, como uma reação ao *Declínio do Ocidente* de Spengler.<sup>49</sup> Bastava transformar o processo de seleção natural, que funcionava às ocultas do homem, em instrumento racional conscientemente empregado. A bestialidade sempre esteve inerente na eugenia, e é bem característica a velha observação de Haeckel, de que a eutanásia pouparia muitas “despesas inúteis à família e ao governo”.<sup>50</sup> Finalmente, os últimos discípulos do darwinismo na Alemanha decidiram abandonar inteiramente o campo da pesquisa científica, esquecer a busca do elo que faltava entre o homem e o macaco e, em contrapartida, dar início aos esforços práticos para transformar o homem naquilo que os darwinistas acreditavam que o macaco fosse.

Mas, antes que o nazismo, no decurso de sua política totalitária, tentasse transformar o homem em animal, houve numerosos esforços de transformá-lo num deus por meios estritamente hereditários.<sup>51</sup> Não somente Herbert Spencer

(48) Ver Friedrich Brie, *Imperialistische Strömungen in der englischen Literatur [Correntes imperialistas na literatura inglesa]*, Halle, 1928.

(49) Ver, por exemplo, Otto Bangert, *Gold oder Blut* [Ouro ou sangue], 1927. “Assim, a civilização pode ser eterna”, p. 17.

(50) Em *Lebenswunder* (O milagre da vida), 1904, pp. 128 ss.

(51) Quase um século antes que o evolucionismo tivesse vestido o manto de ciência, vozes alertadoras previram as consequências inerentes de uma loucura que estava, então, apenas no estágio da pura imaginação. Voltaire, mais de uma vez, havia entretido opiniões evolucionistas — ver principalmente “Philosophie générale: métaphysique, morale et théologie”, em *Oeuvres complètes*, 1785, tomo 40, pp. 16 ss. Em seu *Dictionnaire philosophique*, artigo “Chaîne des êtres créés”, ele escreveu: “De inicio, nossa imaginação se compraz com a imperceptível transição da matéria

mas todos os primeiros evolucionistas e darwinistas “acreditavam tão fortemente no futuro angelical da humanidade como na origem simiesca do homem”.<sup>52</sup> Acreditava-se que a hereditariedade selecionada resultaria do “gênio hereditário”,<sup>53</sup> e voltava-se a afirmar que a aristocracia era o produto natural não da política, mas da seleção natural de raças puras. Transformar toda a nação numa aristocracia natural, da qual exemplares seletos viriam a ser gênios e super-homens, era uma das muitas “idéias” produzidas por intelectuais liberais frustrados, em seus sonhos de substituir as antigas classes governantes por uma nova “elite” através de meios não-políticos. No fim do século XIX, escritores tratavam de assuntos políticos em termos de biologia e zoologia, e zoólogos escreviam “Observações biológicas sobre nossa política externa”, como se houvessem descoberto um guia infalível para os estadistas.<sup>54</sup> Todos eles apresentavam novas maneiras de controlar e regular a “sobrevivência dos mais aptos” segundo os interesses nacionais do povo inglês.<sup>55</sup>

O aspecto mais perigoso dessas doutrinas evolucionistas estava no fato de aliarem o conceito da hereditariedade à insistência nas realizações pessoais e nos traços de caráter individuais, tão importantes para o amor-próprio da classe

---

bruta para a matéria organizada, das plantas aos zoófitos, desses zoófitos aos animais, destes ao homem, do homem para os espíritos, destes espíritos envoltos num pequeno corpo aéreo para as substâncias imateriais: (...) para o próprio Deus. (...) Mas pode tornar-se Deus o mais perfeito espírito criado pela Entidade Suprema? Não há um infinito entre Deus e ele? (...) Não existe obviamente um vazio entre o macaco e o homem?”

(52) Hayes, *op. cit.*, p. 11. Hayes corretamente acentua a forte moralidade prática de todos esses primeiros materialistas. Explica “esse curioso divórcio entre a moral e a crença” pelo “que sociólogos descreveram, mais tarde, com uma defasagem no tempo” (p. 130). Essa explicação, contudo, parece bastante débil quando se recorda que outros materialistas, que, como Haeckel na Alemanha ou Vacher de Lapouge na França, haviam abandonado a calma dos seus estudos e pesquisa para se dedicarem a atividades de propaganda, não foram muito afetados por essa defasagem de tempo; que, por outro lado, os seus contemporâneos não imbuídos de doutrinas materialistas, como Barrès & Cia., na França, eram adeptos muito práticos da perversa brutalidade que varreu a França durante o Caso Dreyfus. A súbita decadência da moral no mundo ocidental parece ter sido causada menos pelo desenvolvimento de certas “idéias” do que por uma série de novos eventos políticos e problemas sociais com os quais se defrontou uma humanidade surpresa.

(53) Era esse o título de um livro muito lido, de autoria de F. Galton, publicado em 1869, que provocou um dilúvio literário sobre o assunto nas décadas seguintes.

(54) “A biological view of our foreign policy” foi publicado por P. Charles Michel no *Saturday Review*, Londres, fevereiro de 1896. As obras mais importantes desse tipo são: Thomas Huxley, *The struggle for existence in human society*, 1888 (sua tese principal: a queda das civilizações só é necessária quando a taxa de nascimento não é controlada); Benjamin Kidd, *Social evolution*, 1894; John B. Crozier, *History of intellectual development on the lines of modern evolution*, 1897-1901; Karl Pearson (*National Life*, 1901), professor de eugenia na Universidade de Londres e um dos primeiros a descrever o progresso como uma espécie de monstro impessoal que devora tudo o que encontra pelo caminho; Charles H. Harvey, em *The biology of British politics*, 1904, argumenta que, por meio de um rígido controle da “luta pela existência” dentro de um país, esse país pode se tornar todo-poderoso para a luta pela existência com os outros povos.

(55) Ver K. Pearson, *op. cit.* Mas Fr. Galton já havia afirmado: “Desejo acentuar o fato de que o aperfeiçoamento dos dons naturais das gerações futuras da raça humana está, em grande parte, sob o nosso controle” (*op. cit.*, ed. 1892, p. xxvi).

média do século XIX. Essa classe média queria cientistas que provassem que os “grandes homens” e não os aristocratas eram os verdadeiros representantes da nação em que se personificava o “gênio da raça”. Esses cientistas proporcionaram uma fuga ideal da responsabilidade política quando “provaram” a verdade da antiga afirmação de Benjamim Disraeli de que o “grande homem” é “a personificação da raça, o seu exemplar seletivo”. O desenvolvimento desse gênio teve o seu fim lógico quando outro discípulo do evolucionismo simplesmente declarou: “O inglês é o Homem Superior (*Overman*), e a história da Inglaterra é a história da sua evolução”.<sup>56</sup>

É significativo que o pensamento racial inglês, como, aliás, aconteceu na Alemanha, se tenha originado entre os escritores da classe média e não entre a nobreza, que tenha nascido do desejo de estender os benefícios dos padrões de nobreza a todas as classes, e que se nutrisse de sentimentos verdadeiramente nacionais. A esse respeito, as idéias de Carlyle referentes ao gênio e ao herói correspondiam mais às armas de um “reformador social” do que às doutrinas do “pai do imperialismo britânico”, como foi acusado com injustiça.<sup>57</sup> A idolatria do herói, que lhe granjeou vastas platéias tanto na Inglaterra como na Alemanha, tinha as mesmas origens que a idolatria da personalidade do romanticismo alemão. Tratava-se da mesma afirmação e glorificação da grandeza inata do caráter individual, independentemente do ambiente social. Entre os homens que influenciaram o movimento colonial a partir de meados do século XIX até o surgimento do verdadeiro imperialismo no fim desse século, nenhum escapou à influência de Carlyle, mas nenhum pode ser acusado de pregar um racismo declarado. O próprio Carlyle, em seu ensaio “A questão do negro”, preocupa-se com os meios de ajudar as Índias Ocidentais a produzirem “heróis”. Charles Dilke, cujo *Greater Britain* (1869) é apontado às vezes como o início do imperialismo,<sup>58</sup> era um radical avançado que glorificava os colonizadores ingleses como parte da nação britânica, discordando dos que, desdenhando-os, viam em suas terras meras colônias. J. R. Seeley, cujo *Expansion of England* (1883) vendeu 80 mil exemplares em menos de dois anos, ainda respeita os hindus como um povo estrangeiro e faz clara distinção entre eles e os “bárbaros”. Mesmo Froude — cuja admiração pelos bôeres, o primeiro povo branco a aceitar abertamente a filosofia tribal do racismo, pode parecer suspeita — opunha-se à concessão de direitos excessivos à África do Sul, porque o “autogoverno na África do Sul significaria o governo dos nativos pelos colonizadores europeus, e isso não era autogoverno”.<sup>59</sup>

De modo semelhante ao que ocorreu na Alemanha, o nacionalismo inglês foi estimulado por uma classe média que nunca se havia emancipado inteiramente da nobreza e que, portanto, trazia em si o germe da ideologia racial.

(56) *Testament of John Davidson*, 1908.

(57) C. A. Bodelsen, *Studies in mid-Victorian Imperialism*, 1924, pp. 22 ss.

(58) E. H. Damee, *The Victorian illusion*, 1928. “O imperialismo começou com um livro. (...) O *Greater Britain*, de Dilke”.

(59) “Two lectures on South Africa”, em *Short Studies on great subjects*, 1867-82.

Mas, diferentemente da Alemanha, cuja falta de unidade nacional tornara necessário erguer uma muralha ideológica que unisse o povo carente de história comum e de unificação geográfica, as Ilhas Britânicas eram completamente separadas do mundo por fronteiras naturais, e a Inglaterra como nação teve de formular uma teoria de unidade entre homens que viviam em colônias distantes, no além-mar, separados do país de origem por mares e oceanos. O elo que os unia era a descendência comum, a origem comum, a língua comum. A separação dos Estados Unidos havia demonstrado que esses elos, por si só, não garantiam o domínio; e não só a América, mas também outras colônias, embora não com a mesma violência, evidenciaram forte tendência de adotar uma orientação constitucional diferente da do país de origem. Para salvar esses antigos cidadãos britânicos, Dilke, influenciado por Carlyle, falou de “saxonidade”, palavra que parecia ter o dom de seduzir e trazer de volta à pátria até mesmo o povo dos Estados Unidos, ao qual ele devota um terço do seu livro. Como radical, Dilke podia agir como se a Guerra de Independência não houvesse sido uma guerra entre duas nações, e sim uma espécie de guerra civil inglesa do século XVIII. E uma das razões que explicam o surpreendente fato de os reformadores sociais e os radicais promoverem o nacionalismo na Inglaterra é esta: desejavam manter as colônias não apenas por acharem que eram uma válvula de escape necessária às classes baixas; queriam, na verdade, conservar sobre o país natal a influência exercida por esses filhos mais radicais das Ilhas Britânicas. Essa motivação transparece em Froude, que desejava “manter as colônias, porque achava possível reproduzir nelas um estado social simples e um modo de vida mais nobre do que seria possível na Inglaterra industrial”,<sup>60</sup> e influiu definitivamente no *Expansion of England*, de Seeley: “Quando nos habituarmos a contemplar todo o Império reunido e chamarmos *todo ele* de Inglaterra, veremos que também existem os Estados Unidos”. Qualquer que tenha sido o sentido que escritores pôsteros deram à palavra “saxonidade”, esta levava na obra de Dilke um genuíno sentido político para uma nação que já não era coesa num país limitado. “No decurso de todas as minhas viagens, a idéia que foi ao mesmo tempo minha companheira e guia — a chave que iria revelar-me as coisas ocultas das terras novas e estranhas — era o conceito (...) da grandeza de nossa raça que já envolvia a terra, e cujo destino era, talvez, vir a cobri-la no futuro”, escreve. Para Dilke, a origem comum, a hereditariedade, a “grandeza da raça” não eram fatos físicos nem a chave da história, mas um guia muito necessário no mundo atual, o único laço digno de confiança num espaço sem limites.

Como os colonizadores ingleses se haviam espalhado por toda a terra, acontecia que o conceito de nacionalismo mais perigoso, a idéia de “missão nacional”, era forte em especial na Inglaterra. Embora a idéia de missão nacional em si tenha crescido durante muito tempo desprovida de influências raciais nos países cujos povos aspiravam à nacionalidade, ela veio finalmente de-

(60) C. A. Bodelsen, *op. cit.*, p. 199.

monstrar sua afinidade com a ideologia racial. Os nacionalistas ingleses que citamos acima podem ser considerados casos extremos à luz dos conhecimentos mais recentes; não causaram mais danos que, por exemplo, Auguste Comte, na França, quando manifestou a esperança de uma humanidade unida, organizada e regenerada sob a liderança — a *présidence* — da França.<sup>61</sup> Não abandonavam a idéia da humanidade, embora só na Inglaterra vissem a sua suprema garantia. Não podiam afastar-se da ênfase dada a esse conceito nacionalista, já que a dissolução dos laços entre o solo e o povo, implícita na idéia de missão, não era uma simples ideologia para a política inglesa, mas sim um fato consumado que qualquer estadista tinha de levar em conta. O que os distingue definitivamente dos racistas que os sucederam é que nenhum deles jamais se preocupou seriamente em discriminar outros povos como raças inferiores, e isso, senão por outros motivos, pelo menos devido ao fato de que os países a que se referiam, o Canadá e a Austrália, eram quase desabitados e não tinham qualquer problema sério de população.

Assim, não foi por acaso que o primeiro estadista inglês a acentuar repetidamente a sua crença nas raças e na superioridade racial como fator determinante na história e na política tenha sido um homem que, sem qualquer interesse particular com relação às colônias e aos colonizadores ingleses — que chamou de “peso morto das colônias que não governamos” —, quis estender o poder imperial britânico até a Ásia e, na verdade, fortaleceu consideravelmente a posição da Grã-Bretanha na única colônia que se defrontava com um problema populacional e cultural. Foi Benjamin Disraeli quem fez da rainha da Inglaterra a imperatriz da Índia; foi ele o primeiro estadista inglês a considerar a Índia como pedra fundamental de um Império e a querer cortar os laços que uniam o povo inglês às nações do continente.<sup>62</sup> Construiu assim um dos alicerces de uma mudança básica no domínio inglês da Índia. A colônia havia sido governada com a残酷 habitual dos conquistadores — homens a quem Burke havia chamado de “transgressores das leis na Índia”. Agora, ela iria ter uma administração cuidadosamente planejada, cujo objetivo era o estabelecimento de um corpo permanente que governaria por meio de medidas administrativas. Essa experiência aumentou para a Inglaterra o perigo contra o qual Burke havia alertado: o perigo de que os “transgressores das leis na Índia” viesssem a ser “os fazedores da lei na Inglaterra”.<sup>63</sup> Pois todos eles, para os quais não existia “transação na história da Inglaterra que mais nos orgulhe que o estabelecimento

(61) Em seu *Discours sur l'ensemble du positivisme*, 1848, pp. 384 ss.

(62) “Devemos ter poder e influência na Ásia; consequentemente, na Europa ocidental” (W. F. Monypenny e G. E. Buckle, *The life of Benjamin Disraeli, Earl of Beaconsfield*, Nova York, 1929, II, 210). Mas, “se a Europa, por sua miopia, vier a decair para um estado inferior e exausto, restará para a Inglaterra um futuro ilustre” (*ibid.*, I, livro IV). Porque “a Inglaterra já não é mais uma simples potência européia (...) é mais uma potência asiática do que européia” (*ibid.*, II, 201).

(63) Burke, *op. cit.*, pp. 42-3: “O poder da Câmara dos Comuns (...) é realmente grande; e possa ela preservar a sua grandeza durante muito tempo (...) e o fará, enquanto puder evitar que o infrator da lei na Índia se torne o legislador da Inglaterra”.

do Império da Índia", afirmavam que a liberdade e a igualdade eram "grandes nomes para pequenas coisas".<sup>64</sup>

A política introduzida por Disraeli significou o estabelecimento de uma casta exclusiva num país estrangeiro cuja única função era o domínio e não a colonização. Para que esse conceito se materializasse — e Disraeli não sobreviveu para vê-lo realizado —, o racismo iria ser realmente um instrumento indispensável. Vislumbrava a ameaçadora transformação do povo de uma nação em "raça pura" primorosamente organizada, que se considerava "a aristocracia da natureza" — para repetir as palavras do próprio Disraeli.<sup>65</sup>

O que traçamos até aqui foi a história de uma opinião na qual só agora podemos ver, depois de todas as terríveis experiências do nosso tempo, os primeiros albores do racismo. Mas, embora o racismo tenha introduzido novos componentes ideológicos em todos os países, não se trata de uma idéia dotada de "lógica inerente". O pensamento racial constituía uma fonte de argumentos de conveniência para diversos conflitos políticos, mas nunca monopolizou a vida política dos respectivos países; acirrou e explorou interesses opostos ou conflitos políticos, mas jamais criou novos conflitos, nem produziu novas categorias de pensamento político. O racismo surgiu de experiências e constelações políticas que eram desconhecidas e teriam sido completamente estranhas, até mesmo para ardorosos defensores da "raça" como Gobineau e Disraeli. Entre homens de idéias brilhantes e ágeis e homens de ações brutais e bestiais, existe um abismo que nenhuma explicação intelectual pode transpor. É provável que esse racismo tivesse desaparecido a tempo, juntamente com outras opiniões irresponsáveis do século XIX, se a corrida para a África e a nova era do imperialismo não houvessem exposto a população da Europa ocidental a novas e chocantes experiências. O imperialismo teria exigido a invenção do racismo como única "explicação" e justificativa de seus atos, mesmo que nunca houvesse existido uma ideologia racista no mundo civilizado.

Mas, como existiu, o racismo recebeu considerável substância "teórica". A própria existência de uma opinião, até certo ponto tradicional, serviu para ocultar a essência destruidora da nova doutrina que, sem essa aparência de respeitabilidade nacional, ou sem a aparente sanção da tradição, teria revelado de imediato a incompatibilidade com todos os padrões morais e políticos ocidentais, antes que lhe fosse permitido destruir a comunidade das nações europeias.

(64) Sir James F. Stephen, *op. cit.*, p. 253 e *passim*; ver também seu "Foundations of the government of India", 1883, em *The Nineteenth Century*, LXXX.

(65) Quanto ao racismo de Disraeli, compare o capítulo 3.

## 3

### RAÇA E BUROCRACIA

Dois novos mecanismos de organização política e de domínio dos povos estrangeiros foram descobertos durante as primeiras décadas do imperialismo. Um foi a raça como princípio da estrutura política; o outro, a burocracia como princípio do domínio no exterior. Sem a raça para substituir a nação, a corrida para a África e a febre dos investimentos poderiam ter-se reduzido — para usar a expressão de Joseph Conrad — à desnorteada "dança da morte e do comércio" das corridas do ouro. Sem a burocracia para substituir o governo, a possessão britânica da Índia poderia ter sido abandonada à temeridade dos "infratores da lei na Índia" (Burke), sem que isso alterasse o clima político de toda uma época.

Ambas as descobertas foram realizadas no Continente Negro. A raça foi uma tentativa de explicar a existência de seres humanos que ficavam à margem da compreensão dos europeus, e cujas formas e feições de tal forma assustavam e humilhavam os homens brancos, imigrantes ou conquistadores, que eles não desejavam mais pertencer à mesma comum espécie humana. Na idéia da raça encontrou-se a resposta dos bôeres à "monstruosidade" esmagadora descoberta na África — todo um continente povoado e abarrotado de selvagens — e a justificação da loucura que os iluminou como "o clarão de um relâmpago num céu sereno" no brado: "Exterminemos todos esses brutos!"<sup>1</sup> Dessa idéia resultaram os mais terríveis massacres da história: o extermínio das tribos hotentotes pelos bôeres, as selvagens matanças de Carl Peters no Sudeste Africano Alemão, a dizimação da pacata população do Congo reduzida de uns 20 milhões para 8 milhões; e, o que é pior, a adoção desses métodos de "pacificação" pela política externa européia comum e respeitável. Foi um chefe de Estado civilizado, o Kaiser Guilherme II, que ousou pronunciar a exortação dirigida a um contingente expedicionário alemão em luta contra a insurreição dos *boxers*\* em 1900:

(1) Joseph Conrad, "Heart of Darkness" [O coração das trevas] em *Youth and Other Tales*, 1902, é a obra mais elucidativa quanto a experiências raciais na África.

(\*). Chineses nacionalistas que combatiam a influência ocidental, os *boxers* massacram missionários estrangeiros em 1900, o que provocou a intervenção de um corpo expedicionário internacional comandado por Waldersee, um general alemão. (N. E.)